

**OS “VALORES” DA CERÂMICA TERENA CAMPO-GRANDENSE: UM SILENCIOSO  
PATRIMÔNIO INTANGÍVEL**  
THE “VALUES” OF TERENA CERAMIC FROM CAMPO GRANDE: A SILENT INTANGIBLE  
HERITAGE

Katya Vietta

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



# Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio intangível<sup>1</sup>

Katya Vietta<sup>2</sup>

**Resumo:** Utilizando textos e imagens, procuro apresentar as técnicas de produção da cerâmica terena, mostrando que esta atividade feminina, envolta em interditos físicos e rituais, organizada a partir dos vínculos de parentesco, ao ser transformada em atividade comercial redefine o lugar da oleira no contexto social e informa a respeito do universo doméstico e da relação com os não índios. A partir da noção, inclusive no campo jurídico, de patrimônio cultural relacionado à produção destas ceramistas, o estudo aqui proposto visa também trazer para a discussão questões pertinentes às políticas públicas voltadas para as populações indígenas do Mato Grosso do Sul, de uma forma geral, e para as populações indígenas urbanas e suas ceramistas, em particular.

**Palavras-chave:** Terena, Índio Urbano, Patrimônio Intangível.

**Abstract:** Using text and images, I look forward presenting techniques of Terena ceramic production, showing that this female activity, wrapped in physical and rituals limits, organized from family ties, when transformed into commercial activity resets the place of the potter in the social context and informs about the domestic world in relation with non-Indians. Based on the notion, including the legal field of cultural heritage related to the production of these potters, the study proposed here is also intended to bring to the discussion issues related to public policies for indigenous peoples from Mato Grosso do Sul, in general, and to urban indigenous people and their potters, particularly.

**Key-words:** Terena, Urban Indian, Intangible Heritage.

Em Campo Grande habitam diversas ceramistas terena, porém dificuldades para acessar à matéria-prima e escoar a produção levou a maioria delas a abandonar o ofício, o que também significa abandonar a transmissão das técnicas de coleta dos barros e das madeiras, de fabrico e de queima das peças e dos demais saberes associados a estas práticas. Apesar da cerâmica terena, desde 2009, ser reconhecida como *patrimônio intangível do Mato Grosso do Sul*, pesam naquele quadro, a ausência de políticas públicas eficazes para a salvaguarda e promoção da produção cultural indígena e para o apoio à geração de renda entre famílias indígenas urbanas. Entretanto, a categoria índio urbano já é um indicativo de que estas não são as únicas demonstrações da ausência do poder público entre eles.

<sup>1</sup> Esta análise é resultante de pesquisa realizada em 2012 com recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura da Fundação de Educação, Artes e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Fmic-Fundac/PMCG), Brasil; e consiste em uma versão reduzida do relatório apresentado na ocasião. Parte dos trabalhos de campo contou com o apoio de Yuri Matsunaka a quem eu agradeço a valiosa participação.

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS -1986), Brasil; mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1992), Brasil; e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP - 2007), Brasil.

**CAMPO GRANDE ENTRA NA ROTA TERENA**

A exigência do êxodo de famílias indígenas para os centros urbanos não é um fenômeno recente e tem crescido nas últimas décadas, devendo ser visto como uma das tantas consequências da perversa história de contato e do persistente descompasso entre necessidades socioeconômicas, direitos juridicamente reconhecidos e políticas governamentais. Hoje, a venda de produtos e de mão de obra é uma exigência para garantir o sustento familiar, levando índios e índias terena de diferentes idades a investir no comércio, principalmente, de itens da roça e da cultura material - adornos, tecelagem, cerâmica.

As características socioeconômicas do entorno das TIs não garantem um comércio satisfatoriamente lucrativo, enquanto a baixa escolaridade e a mão de obra não especializada os direciona para trabalhos árduos e mal remunerados. Buscando oportunidades mais generosas, além do investimento na formação escolar e profissional, muitas famílias terena engrossam a população que vive na periferia dos centros urbanos. A elas se somam outras que buscam um atendimento médico-hospitalar mais sofisticado, ou, ainda, o apartamento de crises familiares e políticas. Algumas vezes são habitações sazonais, mas, é fácil encontrar famílias que optaram por deixar para traz a escassez da terra natal para se fixar nos centros urbanos. Mussi (2011, p. 209) informa que o contingente mais sensível a este êxodo está faixa dos 20 aos 40 anos.

Como mostra Roberto Cardoso de Oliveira (1968 *apud* SANT'ANA, 2004, p. 24), a presença terena começou a ser percebida em Campo Grande, ainda de forma esparsa, no início dos anos 1920, mas engrossada na década seguinte em decorrência da epidemia de febre espanhola que assolou as suas reservas indígenas. Conforme os registros do autor, em 1960, a população terena na capital era de 88 pessoas, organizadas em 15 grupos domésticos. Ao que parece, o interesse e a habilidade para o comércio fez encurtar as distâncias e contribuir para o êxodo.

Eu, minha cunhada e as irmãs dela, nós começamos a vir em Campo Grande, vender na Casa do Artesão. A Casa do Artesão, antigamente, valorizava o nosso trabalho, nós chegávamos lá com um monte de peças e nós ganhávamos dinheiro... Isso foi antes de eu conhecer Campo Grande, antigamente nós não conhecíamos Campo Grande. Nós vínhamos de trem! Na época tinha peixe na estrada, era bolo, pessoal [terenas] do Bananal vendia, nós comprávamos dos nossos patrícios. Nós pousávamos [na cidade] uma noite, no outro dia de ia volta (Élida Fátima Júlio Antônio)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Élida tem 59 anos e mora em Campo Grande desde meados dos anos 1980. Ela não lembra em que ano passou a comercializar suas peças na *Casa do Artesão*, mas era solteira quando começou a se aventurar nestas viagens. Projeto criado pelo governo estadual, a *Casa do Artesão*, hoje administrada através da *Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul* - Fcms foi inaugurada em 1975 visando contribuir para o fomento desta categoria de profissionais. (<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>).

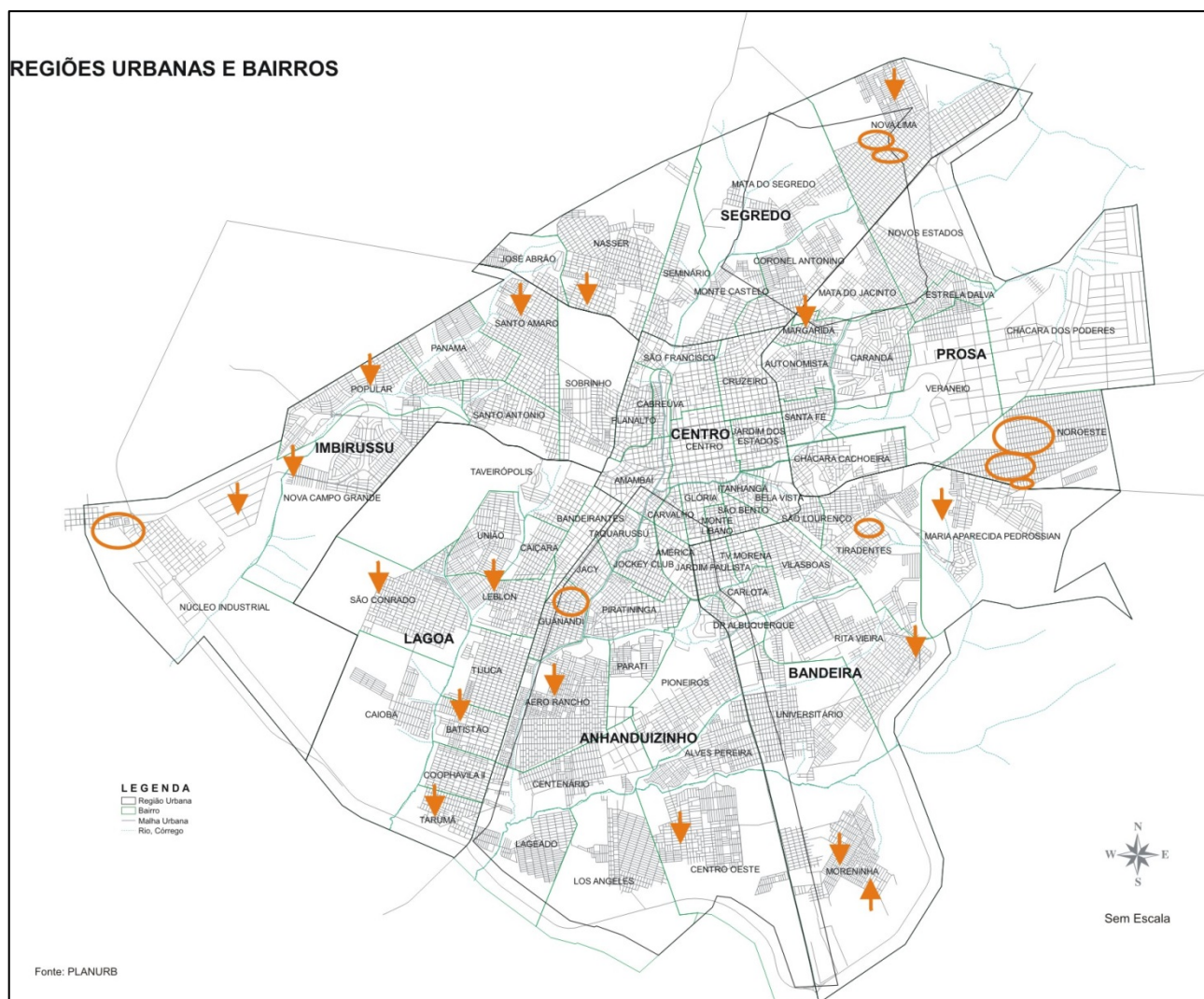
O movimento comercial promovido a partir do mercado municipal e seu entorno igualmente atraiu o interesse terena. De acordo com Jurandir Ximenes, já em 1967 índios oriundos do interior utilizavam este espaço para o comércio<sup>4</sup>. Inicialmente eram mulheres vindas de Aquidauna - TIs Ipegue, Bananal, Limão Verde - e Miranda - TI Cachoeirinha -, não raro acompanhadas por seus maridos. Na ausência de qualquer conforto, elas improvisavam tendas para expor os produtos da roça e da mata de cerrado para o comércio: feijão verde (ou de corda), palmito, mandioca, milho, jatobá, coquinho, cajamanga, caju, manga, pequi, guariroba, guavira. A cerâmica, em geral proveniente da Cachoeirinha, referência na arte do barro terena, também encontrou aqui o seu lugar. A reivindicação por uma estrutura mais adequada foi atendida pelo prefeito Juvêncio da Fonseca, que em 1988 construiu três quiosques à frente do mercado municipal, na Praça Oshiro Takimori, localizada entre as ruas 26 de Agosto e 07 de Setembro, criando a Feira Indígena ou Feirinha como é mais conhecida. Desde então ela conta com associação própria. Muitas daquelas primeiras feirantes hoje moram em Campo Grande. Entretanto, a Feirinha e sua associação organizam apenas uma pequena parte do comércio terena na capital. Mulheres de diferentes idades carregando bacias, carrinhos, trouxas percorrem os bairros oferecendo os produtos da sua roça, das roças dos seus parentes, além de algum utensílio de cerâmica e tapetes feitos de retalho ou crochê. Muitas moram nas TIs, mas passam longos períodos na cidade comercializando seus produtos. Outras moram na cidade e dependem das roças das TIs para abastecer o seu comércio<sup>5</sup>.



**Figura 1:** Feira Indígena. Fonte: Da autora.

<sup>4</sup> Entrevista ao jornal *A Crítica*. 24/082008. Na matéria Jurandir se apresenta como presidente *da Associação dos Vendedores da Feira Indígena e do Mercado*.

<sup>5</sup> As roças podem pertencer a parentes, porém algumas famílias que moram em Campo Grande mantêm roça própria na TI de origem, a qual é cultivada, mais de perto, por um filho ou parente próximo.



**Mapa 1:** População terena em Campo Grande. Fonte para a base do mapa: <http://www.pmcg.ms.gov.br/planurb/> Em Campo Grande, as maiores concentrações terena estão nas “aldeias urbanas” Marçal de Souza (Tiradentes), Darcy Ribeiro (Jardim Noroeste), Água Bonita (Nova Lima), Tarsila do Amaral (Nova Lima) e nos bairros Guanandi e Vila Entroncamento (Indubrasil), mas eles ainda se fazem presentes em outros pontos do Jardim Noroeste, e nos bairros Conjunto Aero Rancho, Moreninhas, Jardim Sayonara (Popular), Jardim Anache (Nova Lima), Estrela Parque (Tiradentes), São Conrado, Vila Margarida, Dom Antonio Barbosa, Alves Pereira, Vila Santa Carmélia (Santo Amaro), Vila Romana (Bosque Santa Mônica). Mussi (2008, p.18) informa a presença terena também nos bairros: Jardim Itamaracá (Rita Vieira), Tarumã, Parque do Laranjal (Coophasul), Jardim Talismã (Mata do Segredo), São Jorge da Lagoa (Jardim Batistão), Jardim Carioca (Nova Campo Grande), Jardim Leblon, Morada Verde (Moreninhas II).

Atualmente a capital abriga cerca de 15.000 índios - todos migrantes ou descendentes deles<sup>6</sup> -, um dos maiores contingentes populacionais indígenas do Mato Grosso do Sul. Entretanto, se ilude quem pensa que a vida na cidade suprime regras políticas, alianças e solidariedades calcadas no parentesco e em outras

<sup>6</sup> Informação divulgada em 2011 por funcionários da Funasa (hoje Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai) que atuam em Campo Grande. Para índios e indigenistas mais cautelosos a população indígena campo-grandense é de cerca de 11.000 pessoas, mas para outros ela já ultrapassou a casa dos 15.000. Os 5.657 índios apontados pelo IBGE, em 2010, são contestados por lideranças indígenas que residem na capital, pois muitos índios não se identificaram como tal para os recenseadores.

noções da socialidade indígena, ou as formas de expressão destes índios, entre os terenas são a absoluta maioria. Dispondo de poucos recursos para alugar ou adquirir imóveis, a maioria das famílias que chega a capital depende dos favores de parentes ou buscam ocupar terrenos devolutos na periferia da cidade. As “aldeias urbanas” e as demais ocupações se consolidam em terrenos particulares mais ou menos avizinados. Todas possuem lideranças políticas e/ou associação de moradores próprias, indicando a reinvenção dos modos de fazer política. Mas a experiência urbana não é suficiente para romper os vínculos com a parentela de origem ou com o cotidiano das terras indígenas. Via de mão dupla a alimentar ambas experiências e a oferecer novas leituras para a noção de ser índio terena, pois a rota que sustenta o vínculo com as raízes é a mesma que ampara o êxodo, uma vez que o caminho para as cidades se dá na rota daqueles parentes que já se tornaram urbanos.

A noção de “aldeia urbana” suscita debates que passa pelo sublinhamento do já esboroadado conceito de aldeia, aqui acoplado ao inusitado contexto urbano. A origem do termo “aldeia urbana” em Campo Grande parece servir para enfatizar, digamos, a benemérita intervenção do então prefeito André Puccinelli<sup>7</sup>, que assumiu como ação de governo substituir barracos de lona e madeira por um projeto habitacional, no qual as casas se espremem em minúsculos terrenos e o espaço coletivo não vai além de ruas e calçadas, criando a Marçal de Souza<sup>8</sup>, apregoada como a “primeira aldeia indígena urbana brasileira”. Termo rapidamente consolidado pelo uso, especialmente, entre os índios.



---

<sup>7</sup> Puccinelli tem o nome associado a outras políticas ligadas aos terenas, ele foi deputado estadual e federal entre 1987-1996, prefeito de Campo Grande entre 1997-2004 e governador do estado entre 2006-2014.

<sup>8</sup> O nome Marçal de Souza homenageia uma liderança Guarani, morta em 1983, no contexto das disputas territoriais no Mato Grosso do Sul.

**Figura 2:** Marçal de Souza vista do piso superior do Memorial da Cultura Indígena. Fonte: Repórter Brasil CAMPOS, 13/03/2006.

Para estes, muito mais que uma alusão as suas terras de origem, a expressão “aldeia urbana” tem a função de explicitar um local dentro da gigantesca malha metropolitana onde moram exclusiva ou majoritariamente índios, geralmente ligados por estreitas redes de parentesco, compadrio, solidariedade, mas também por disputas políticas e outros desafetos. População cultural e juridicamente diferenciada, são vieses úteis para o pleito de políticas públicas adequadas voltadas para o trato de saúde, educação escolar, trabalho, respeito à produção cultural, chamando a atenção da Funai, do Sesai<sup>9</sup> e de outras instituições públicas, bem como na sustentação de uma oposição mais consistente ao preconceito e ao descaso de seus demais vizinhos campo-grandenses. Neste sentido, a noção de “aldeia urbana” parece priorizar a esfera da articulação política-familiar, sustentada em noções socioterritoriais. A eficácia do emprego do termo tem levado as famílias que habitam em diferentes bairros reivindicar a “criação” de novas “aldeias urbanas”. Portanto, elas vêm se constituindo num bom “espaço” de resistência político-cultural para os “índios urbanos” que já foram largamente designados “desaldeados”.

### A CONSOLIDAÇÃO DAS “ALDEIAS URBANAS” E OUTRAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

A Funai dispunha de um terreno - lote 13 do bairro Desbarrancado - na periferia da malha urbana de Campo Grande, doado em 1973 pela prefeitura para a construção da Casa do Índio. Nos anos 1990, ele foi ocupado por posseiros não índios. Tendo em vista preservar o que entendiam ser seu patrimônio e buscar uma solução para os seus problemas habitacionais, em 1995, 20 famílias terena ocuparam o terreno<sup>10</sup>. Em pouco tempo o número subiu para 55 famílias, das quais 38 já residiam em Campo Grande (FERNANDES *apud* SANT’ANA, 2010, p. 30). Os barracos de lonas pretas e madeira, as ligações clandestinas, trazendo luz elétrica, e a bica de água ao centro do acampamento permitiram algum conforto. Como parte do mesmo movimento, em 1995 foi criada a associação de moradores, registrada em 2000 como *Associação dos Moradores Indígenas da Aldeia Urbana Marçal de Souza* (JORDÃO, 2001 *apud* SANT’ANA, 2010, p. 68), que desempenhou papel fundamental para o êxito da regularização da ocupação, a construção da escola e do *Memorial da Cultura Indígena*.

---

<sup>9</sup> A Funai e a antiga Funasa reconheceram a responsabilidade de atendimento aos habitantes indígenas de Campo Grande apenas em 2011, após muita reivindicação por parte destes.

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p. 06-07; PELLEGRINI. *Campo Grande News* 30/11/2008; CARVALHO. *Repórter Brasil* 24/04/2007; *MS Notícias*. 21/05/2012.

Em 1999, a prefeitura de Campo Grande realizou o loteamento de 135 terrenos, com 10x20 metros e forneceu o material para que os moradores, em sistema de mutirão, construíssem as casas<sup>11</sup>. Não há um consenso quanto à população contemporânea. Conforme Enir Bezerra da Silva moram na Marçal de Souza cerca de 170 famílias, chegando a pouco mais de 700 habitantes, além de uma família Kinikinau e uma dezena de famílias não indígenas<sup>12</sup>. Para Ênio Metelo<sup>13</sup>, a Marçal de Souza abriga 1.050 terenas, além de um número considerável de não índios.

Entretanto, 32 famílias acampadas em terras contíguas ao lote 13, no mesmo período, não foram atingidas por tais benefícios, sendo desalojadas, mediante ação de reintegração de posse. Elas foram provisoriamente transferidas para um terreno no bairro Jardim Noroeste, onde permanecerem acampados por cerca de um ano, quando o governo do estado propôs o assentamento de 60 famílias indígenas em 36 hectares da chácara Água Bonita, localizada no bairro Nova Lima. Devido à necessidade da formalização dos acordos entre governo e índios estar articulada a partir de uma organização registrada, entrou em cena a *Associação Indígena Kaguateka*, criada nos 1980, por índios Kaiowá, Guarani, Terena e Kadiweu. Em 2001, as 60 casas que compunham a "comunidade indígena"<sup>14</sup> Água Bonita e uma reserva ambiental de cinco hectares - administrada pelo Ibama - foram entregues às famílias Kaiowá, Guarani, Guató, Terena e Kadiwéu que, posteriormente, criaram a *Associação de Moradores da Comunidade Água Bonita*<sup>15</sup>, hoje composta por 69 casas e cerca de 340 moradores daquelas etnias. Mas, Água Bonita representa apenas 13 dos 36 hectares inicialmente destinados aos índios, pois a prefeitura destinou o restante do terreno para a construção do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral. Tendo em vista fazer valer o acordo inicial com o governo estadual, em 2006, famílias indígenas ocuparam parte do terreno. Dois anos depois o acampamento abrigava cerca de 500 pessoas, articuladas a partir da *Associação de Moradores Indígenas do Tarsila do Amaral - AMITA* e do *Clube de Mães* fundado por índias lideradas por Alicinda Tibério<sup>16</sup>. Após muita espera, reivindicação e resistência a um pedido de reintegração de posse, em 2008, famílias indígenas receberam 70 das 286 casas do conjunto habitacional, criando a "aldeia urbana" Tarsila do Amaral, onde habitam 80 famílias indígenas ou 230 pessoas das etnias Guarani, Terena e Kadiweu, conforme dados da AMITA.

---

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE (idem); CARVALHO (idem); MUSSI, 2008, p. 17.

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p. 08; *MS Notícias* 21/05/2012. Enir esteve à frente da ocupação em 1995 e está em seu segundo mandato como cacique da "aldeia urbana".

<sup>13</sup> Ênio é natural da TI Cachoeirinha e reside na Marçal de Souza desde 1995. Ele mudou para Campo Grande em 1978, em busca de melhores condições de trabalho e formação escolar para os filhos.

<sup>14</sup> O termo *comunidade* parece se vincular mais a uma distinção ideológica do que relacional. Criadas por governos distintos, a Marçal juridicamente recebeu a identificação *aldeia*, enquanto Água Bonita é *comunidade* e Darcy Ribeiro é *residencial*. De qualquer maneira, os índios se referem a elas como "aldeias urbanas".

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p.09; FERNANDES. *Campo Grande News* 04/07/2011; CARVALHO (idem); MUSSI 2008:18; SANT'ANA 2010, p. 68.

<sup>16</sup> Alicinda tem 40 anos, nasceu na TI Limão Verde (Aquidauana) e se mantém como importante liderança da Tarsila do Amaral. Ela também foi presidente do *Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande*, gestão 2012-13.





**Figura 3:** Tarsila do Amaral. Fonte: Da autora.



**Figura 4:** Darcy Ribeiro. Fonte: Da autora.

As dificuldades para pagar aluguel ou comprar imóveis também foram o motor para a ocupação da parte centro-sul do Jardim Noroeste, onde 100 famílias terena, na maioria oriunda dos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Anastácio, mas já dispersas pelos bairros da cidade ou coabitando com parentes na então superlotada Marçal de Souza, permaneceram acampadas, entre 2003 e 2007, reivindicando políticas públicas habitacionais para os índios que optaram por se tornar campo-grandenses. Eles criaram a *Associação dos Moradores da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro* e - com a conivência da prefeitura -, em regime de mutirão, identificaram os limites do loteamento de quase 2.500m<sup>2</sup>, demarcando as suas ruas. Na gestão do prefeito

Nelson Trad Filho, foi construído o “residencial indígena” Darcy Ribeiro, com 98 casas, entregue aos terenas em 2007<sup>17</sup>. Neste "residencial", proclamado por seus habitantes como a "segunda aldeia indígena de Campo Grande", moram 119 famílias que ainda aguardam o cumprimento da promessa de construção de uma escola, um centro cultural e um posto de saúde.

Entretanto, a ocupação indígena do Jardim Noroeste ocorre de forma mais ou menos espontânea desde o final dos anos 1980. Oriundos destes movimentos ou egressos dos acampamentos de 1999-2001 e 2003-2007, de acordo com Getro Fonseca Mendes, presidente da *Associação de Moradores da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro*, na gestão 2012-2013, para além dos limites da "aldeia", muitas famílias terena, e algumas guaranis e kaiowas, habitam de cerca de 50 casas espalhadas pelo bairro. Porém estes números não incluem o acampamento vizinho a Darcy Ribeiro, erguido em 2011, composto por 48 barracos onde habitam outras tantas famílias daquelas etnias.



**Figura 5:** Acampamento vizinho a Darcy Ribeiro. Fonte: Da autora.

Entre os moradores mais antigos do bairro está Élide Fátima Júlio Antonio, esteio de uma parentela – composta por uma dezena de famílias elementares incluindo alguns de seus nove filhos, sobrinhos, parentes de suas noras ou de seus genros. Ela chegou a Campo Grande em meados dos anos 1980 acompanhando o marido que necessitava de cuidados médicos. Durante muitos anos o casal morou com parentes, enquanto os filhos permaneceram na Cachoeirinha com os avós. Com pouco tempo disponível, sem recurso ou qualquer formação profissional, para garantir o sustento, Élide trabalhou como diarista até se estabelecer como comerciante na periferia do mercado público. Aqui ela vendia parte da roça e da produção de cerâmica de

---

<sup>17</sup> Os terenas queriam dar a "aldeia" o nome de Mario Turiba, liderança kaiowa, falecida em 2006, que participou da ocupação em 2003, desempenhando um importante papel nas negociações com a prefeitura (*Diário Digital* 30/05/2011), mas prevaleceu a homenagem a Darcy Ribeiro, proposta pelo vereador Djalma Blans (PDT). Veja: ALBUQUERQUE A voz indígena 2011, p. 09; *A Crítica*. 22-04-2007.

seus parentes, participando mais tarde da formação da *Feira Indígena* e de sua associação<sup>18</sup>. O ingresso na atividade comercial trouxe a família maior estabilidade para o recém adotado modelo de vida urbano<sup>19</sup>.

A família de Élide passou a utilizar um lote do Jardim Noroeste, onde colocou em prática as formas de produção terena. O terreno que já possuía algumas árvores frutíferas foi manejado para garantir a oferta de caju, jaca, manga, guavira, guariroba, pequi, tamarindo, palmito, banana, abacate, pokã, coco, laranja, limão galego, limão rosa, lima, associados a feijão de corda, mandioca, cana de açúcar e plantas medicinais. Produtos para o consumo familiar e para o comércio na *Feirinha*. O novo espaço permitiu Élide voltar a trabalhar com o barro, atividade para a qual reuniu um pequeno número de mulheres, dando origem ao *Núcleo de Produção da Cerâmica Terena*, oficialmente instituído neste formato em 2007, com o apoio da prefeitura municipal. No entanto uma intervenção da prefeitura, em 2011, a fim ampliar a mobilidade no bairro fez uma nova rua dividir o lote de Élide em dois. Aberta onde estavam o pomar e a roça, destruiu parte significativa da plantação, comprometendo o comércio da família.



**Figura 6:** Espaço residencial de Élide, já dividido por uma rua. Fonte: Da autora.

Na Vila Entroncamento (InduBrasil) vivem 150 famílias indígenas, na maioria terenas vindos de Aquidauana - TIs Água Branca, Taunai/Ipegue, Bananal -, mas também há famílias Kinikinaus e Guaranis, estas últimas vindas de Dourados. No InduBrasil, Oide Felipe da Silva é o presidente da associação denominada: *Organização Indígena Núcleo Industrial InduBrasil*, congregando aquelas famílias, mas também apoiando a

<sup>18</sup> Elida foi presidente da *Feirinha* entre 1992 e 1997.

<sup>19</sup> A estabilidade alcançada com o comércio permitiu trazer os filhos mais jovens para Campo Grande. Os mais velhos permaneceram em Cachoeirinha, cuidando dos avós maternos, onde moram até hoje. Entretanto, em 2012, Euslene, filha de sua filha mais velha, veio morar com Élide. Entre os argumentos para trazê-la estão: atender a sua formação escolar e garantir um maior controle de suas relações sociais, visando prevenir um casamento precoce. Euslene divide o seu tempo entre os estudos, o trabalho com a tia na *Feirinha* e o aprendizado do ofício de ceramista com a avó.

recém fundada *Organização dos Moradores Indígenas da Vila Romana*, localizada no mesmo bairro, onde moram mais 50 famílias terenas. A ocupação do InduBrasil tem início em 2008, quando 20 famílias indígenas receberam 20 casas construídas no contexto dos projetos habitacionais promovidos pela prefeitura. Hoje, esta população reivindica a construção de novas casas e a criação da “aldeia urbana”. O bairro Aero Rancho conta com uma população terena organizada a partir de uma associação de moradores, mas não possui dados consistente a respeito deles, nem para o bairro Dom Antonio Barbosa, onde habitam 80 famílias indígenas. Na Vila Margarida mora a família de Evanisa Mariano da Silva, lugar escolhido por já ser morada de parentes quando a família retornou do Rio de Janeiro, onde o marido de Evaniza serviu ao exército.

Augustinho Muchacho tem 76 anos e é uma das lideranças terena do bairro Guanandi, onde nasceu<sup>20</sup>, conheceu sua esposa e auxiliou a fundar, em 1988, a *Associação dos Moradores Indígenas do Guanandi*, hoje presidida por seu cunhado Laucídio Polidoro. Os Muchacho e os Polidoro são famílias extensas já interligadas pelo parentesco desde os tempos de Cachoeirinha e, juntamente com os Gonçalves, oriundos de Ipegue, e os Candelária, também vindos de Cachoeirinha, compõem uma parcela considerável da população terena do Guanandi. Parte deste grupo esteve presente na ocupação do Desbarrancado, mas devido a desacordos políticos desistiu da empreita.

### AS CERAMISTAS E SEUS BARROS

Ainda no princípio *Yurikoyuvakai* deu armas e instrumentos agrícolas aos homens, o fuso e os conhecimentos da arte com o barro para as mulheres, indicando que a roça, a caça e a defesa são afazeres masculinos, e as confecções e a lida doméstica são tarefas femininas (SANT’ANA 2008, p 10; BITTENCOURT e LADEIRA 2000, p. 119.)<sup>21</sup>. Há muito transformada em atividade comercial, a produção oleira redefiniu contornos e conferiu a mulher terena novos espaços no interior da família e fora dela, mas continua sendo uma atividade feminina, envolta em interditos físico-rituais, organizada essencialmente a partir dos vínculos de parentesco.

Como ressalta Gomes, quando envolvidas com o barro, as ceramistas buscam um lugar reservado: uma varanda, um quintal, deixando para as filhas o restante da rotina doméstica. A lida com a cozinha, mais especificamente com o sal é inviável neste dia, pois ele compromete o barro. Também não se maneja o barro durante a lua nova, pois “*a cerâmica é governada pela lua*”, que a faz sair da terra. A menstruação é outro

---

<sup>20</sup> Seus pais, sua esposa e os pais dela são originários de Cachoeirinha.

<sup>21</sup> Posteriormente *Yurikoyuvakai* se divide em dois, dando origem à organização dualista terena composta pelas metades *sukirikionó* e *xumonó* (idem). Idealmente os Terenas se organizam a partir destas duas metades, mas parentelas, constituídas por grupos domésticos ligados por laços agnáticos (linha de germanos masculinos) constituem a unidade social de maior densidade, política e social entre a população contemporânea, inclusive para os que vivem nos centros urbanos, definindo proximidade residencial e diferentes níveis de cooperação entre eles (LADEIRA, AZANHA, 2004).

interdito, pois “se você está menstruada não dá para entrar no buraco do barro” (GOMES, 2006 *apud* GOMES, KABAD, 2008, p. 09)<sup>22</sup>. Como afirma Laucídio Polidório<sup>23</sup>: “Tudo que é cerâmica tem um mistério. Se não fizer a cerâmica dentro dos ensinamentos ela estoura”.



**Figura 7:** Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: [www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte\\_quintais/images/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/).

Ao longo da pesquisa conheci as ceramistas Teresa, Sabina, Élide, Sueli, Márcia, Ilda, Maurícia, Maria, Maria Euzébio, Adélia e ouvi falar a respeito de Suzana, Lucila, Eva, Ramona e Alvina, mas há outras, para as quais me foi indicado apenas o bairro onde residem. Suzana trocou a produção da cerâmica pelo comércio na feira. Maria e sua irmã preferiram trocá-la pela estabilidade de empregos fixos, assim como Maurícia que hoje é diarista. Às dificuldades para obter a argila ou as madeiras adequadas para a queima do barro, além do desconhecimento das redes comerciais locais, fizeram com que Ilda, Maurícia, Maria Euzébio e Adélia deixassem de trabalhar com o barro quando mudaram para Campo Grande. Eva e sua filha Ramona eventualmente se envolvem com a produção de peças, mas não tive oportunidade de conversar com elas<sup>24</sup>. Desconheço a origem delas e de Alvina, mas as demais nasceram e viveram parte de sua vida na TI Cachoeirinha.

<sup>22</sup> No Dossiê de Registro da Cerâmica Terena como Patrimônio Imaterial de MS, 2009 (*apud* CASTILHO, SANTOS, GOMES, 2010, p. 233) ainda consta o interdito ao consumo de farinhas.

<sup>23</sup> Importante liderança no bairro Guanandi, Laucídio nasceu em Cachoeirinha. Ele é filho, neto e irmão de ceramista.

<sup>24</sup> Eva e Ramona residiram na Marçal de Souza, mas se mudaram antes que eu pudesse conhecê-las.

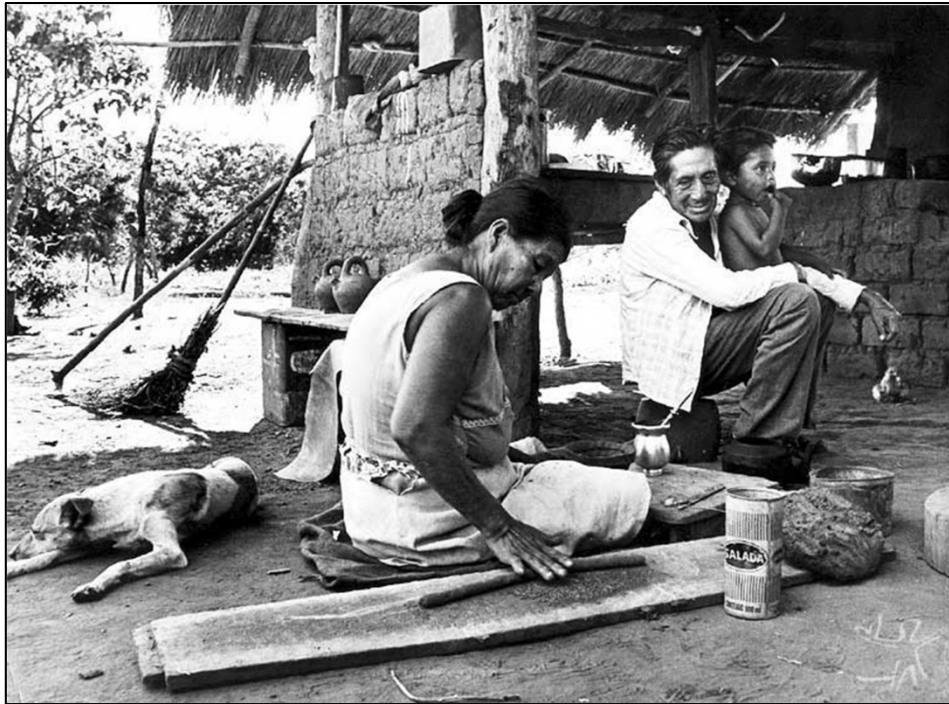
A habilidade das ceramistas da Cachoeirinha e a beleza de suas peças são largamente conhecidas, mas a expressão do seu trabalho em detrimento das demais parece ser mais que competência local. Cachoeirinha parece ter sido a única TI a manter barreiros no interior de seus limites. Leopoldo Vicente<sup>25</sup> nasceu em Ipegue (Aquidauana) e afirma que suas avós, que viveram nesta TI, eram excelentes ceramistas, mas hoje ali ninguém mais sabe trabalhar com o barro. Alicinda Tibério diz o mesmo a respeito de Limão Verde (Aquidauana), porém acrescenta que o barreiro utilizado pelas ceramistas não foi incluído às terras demarcadas e rapidamente teve o seu acesso impedido pelos novos ocupantes. A mãe de Alicinda era ceramista, mas sem acesso à matéria-prima, abandonou o ofício antes transmiti-lo as filhas.

Na Cachoeirinha estão disponíveis os três tipos de barro utilizados: o cinza escuro (ou preto), empregado na confecção dos roletes para compor o corpo da peça; o vermelho, empregado no banho externo, onde são aplicados os motivos florais ou geométricos pintados com o barro branco. De acordo com Sabina Candelária<sup>26</sup> o barro cinza está associado às águas dos córregos, o barro branco às águas das lagoas e o vermelho às pedras e águas. Atualmente, o acesso aos barros da Cachoeirinha, para quem não habita a TI, depende da autorização das lideranças, além do pagamento pelo trabalho do extrator permanece extrator, pois atualmente alguns homens realizam este trabalho calculado a partir do número de latas (de 18 litros) coletadas. Em geral o valor do barro cinza é um pouco inferior ao pago pelos barros vermelho e branco. Possuir roças e parentes em Cachoeirinha facilita a extração e reduz custos.

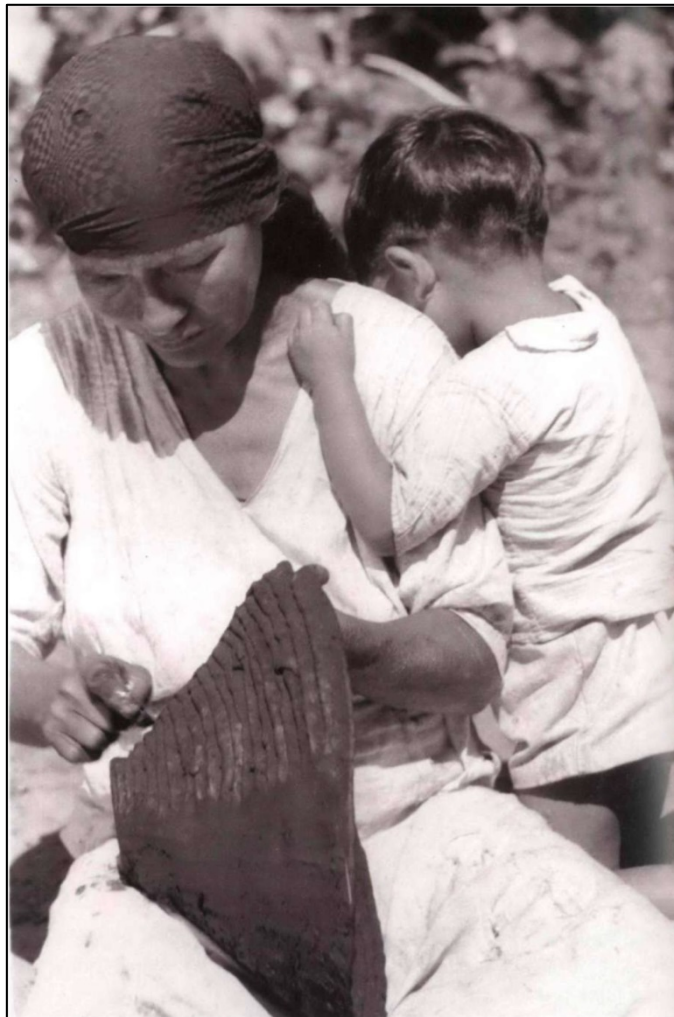
---

<sup>25</sup> Vicente é terena, tem 83 anos e reside na Água Bonita desde a sua consolidação, quando era membro do Kaguateka.

<sup>26</sup> Sabina mora em Campo Grande há mais de uma década. Ela é casada com Walter Candelária, tem oito filhos e três netos. A família deixou a TI Cachoeirinha em busca de trabalho para Walter e escola para os filhos. O casal chegou à capital contando com apoio de irmãos e cunhados assentados na Marçal de Souza, onde a família se hospedou antes de ingressar no acampamento formado em 2003 no Jardim Noroeste, se beneficiando da criação da Darcy Ribeiro, onde mora até hoje.



**Figura 8:** Ceramista preparando roletes. Fonte: CTI [http://img.socioambiental.org/d/235011-1/terena\\_6.jpg](http://img.socioambiental.org/d/235011-1/terena_6.jpg).



**Figura 9:** Foto: Murilo Santos/1989. Fonte: Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 124.

Algumas ceramistas já se utilizaram de barreiros localizados em Campo Grande. O barro cinza – único existente nesta região – pode ser encontrado nos bairros União, Moreninhas e Nova Lima, junto à nascente localizada na reserva ambiental da Água Bonita. Para a maioria das ceramistas, estes depósitos contêm um barro "sujo" e de pouca consistência. Mas de acordo com Ilda Antonio Francelino<sup>27</sup>, pelo menos “*o barro encontrado na Moreninhas é bom. É que o pessoal está acostumado com o barro de Miranda [Cachoeirinha]. O barro da aldeia é bem pretinho, esse daqui [da Moreninhas] parece que tem ferrugem*”.

A seleção das madeiras para queimar a cerâmica é outro dado importante. Geralmente são os seus cônjuges que absorvem esta tarefa na cidade.

Lá na aldeia, meu marido não me ajudava e aqui ele já me ajuda, porque aqui não tem mais lenha. Ele que vai no mato [terrenos ainda desocupados do Jardim Noroeste], vai atrás de lenha pra mim. E lá [em Cachoeirinha] não! Lá, nós íamos em carreira, nós que somos mulheres! Iam cinco, seis mulheres para apanhar lenha no mato! Quando queimávamos as peças, fazíamos quatro viagens por dia, carregando a lenha na cabeça! Argila a mesma coisa! Nós vamos lá, onde nós arrancamos a argila. Nós fazemos duas viagens por dia, porque a argila é mais pesada do que a lenha! Antigamente nós não tínhamos recurso para nada, não tinha nem cavalo, nem carroça! Era só na cabeça, para carregar a argila e as lenhas. Aqui não, meu marido me ajuda, ele vai catar, leva o carrinho de mão vai pegar lenha para eu queimar as minhas peças! (Élida).

---

<sup>27</sup> Ilda tem 56 anos e é casada com Calixto Francelino, importante liderança terena, cuja história se liga à Marçal de Souza. A família Francelino é originária de Cachoeirinha. Duas de suas filhas vieram para a capital em busca de trabalho, mas sob o olhar do pai, que permanecia longos períodos na cidade. Em 1996, eles deixaram a casa alugada para integrar o acampamento no Desbarrancado. Calixto se envolveu com a consolidação da Marçal de Souza, trazendo o restante da família para a cidade, permitindo a Ilda estreitar as suas relações com a *Casa do Artesão* e a rede de comércio indígena próxima ao mercado público, que originou a *Feirinha*.





**Figura 10:** Ceramista acomoda peças para a queima. Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: [www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte\\_quintais/images/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/).

Márcia Miguel Marques<sup>28</sup> e Sueli Polidório<sup>29</sup> têm mais sorte, pois suas casas margeiam a reserva de mata da Água Bonita. Para Márcia, aqui na cidade, a melhor queima é oferecida pelo *repipi*, um cipó facilmente encontrado nesta mata. Ele não provoca oxidações, ou manchas pretas, na superfície das peças. Ela também elogia a qualidade da casca do angico. Otávio lembra que a sua avó só utilizava o *repipi*, a casca do guatambu e a taboca para queimar suas peças. Porém, como qualquer madeira utilizada na queima, deve estar bem seca, do contrário é estouro na certa. Élida prefere a barba timão, mas recomenda o angico e o eucalipto. Sabina e Walter elogiam o resultado do angico, do eucalipto e destacam a eficiência do caule do mamoneiro para manter o calor do fogo. Ilda não gosta do angico, pois ela “*altera a cor do barro durante a queima, [porque] o angico é madeira muito forte para usar, deixa a peça esbranquiçada*”. Para ela o *puikexoty*<sup>30</sup> é a madeira ideal.

<sup>28</sup> Márcia e seu esposo Otávio Marques nasceram em Cachoeirinha, mas mudaram para Campo Grande, onde o comércio dos produtos da roça e da cerâmica é mais promissor. A roça permanece em Cachoeirinha, pois no terreno onde está a casa conquistada há 11 anos na Água Bonita não há espaço para o plantio. Porém, depois de enfrentar, por um ano, as dificuldades de um acampamento no Jardim Noroeste, a família não reclama. A busca de educação escolar para os filhos foi outro item a impulsionar o êxodo da família. Márcia e Otávio têm sete filhos e alguns netos.

<sup>29</sup> Sueli nasceu em Cachoeirinha. Para se desvencilhar do comportamento violento do marido fugiu para a casa de parentes no bairro Guanadi, onde morou por um ano. Ela também morou nos bairros Alves Pereira e Dom Antonio Barbosa e, ainda, retornou ao Guanandi antes de conquistar a sua casa em Água Bonita. Durante um longo período garantiu o sustento dela e dos filhos com o comércio da cerâmica e de produtos da roça, ambos realizados na *Feira Central* ou *Feirona*, feira de maior expressão em Campo Grande. Fundada em 1925 por japoneses, produtores de verduras e legumes, a *Feirona* já mudou de endereço pelo menos três vezes. Hoje está na Rua 14 de Julho.

<sup>30</sup> Ilda desconhece o nome equivalente em português.

Frente à dificuldade de obter madeiras, Walter já se habituou a fazer coletas em um lixão próximo à Darcy Ribeiro, onde o descarte de caibros usados em construções é bastante comum.



**Figura 11:** Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas. Fonte: [www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte\\_quintais/images/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/).

Proprietária de um pequeno terreno, Sabina prepara o barro e produz as peças na varanda da sua casa, mas a queima é feita no forno preparada no terreiro de sua filha, que mora algumas ruas acima da sua. Em geral os fornos são buracos rasos, cavados próximo ao local em que as ceramistas produzem as peças. Élida e Sabina utilizam fornos deste tipo, mas as mulheres da família de Sueli não cavam buracos, apenas dispõem as peças, apoiadas por tijolos, sobre uma base de cascas e gravetos, como também fazem as demais ceramistas em seus buracos. Esta base é inflamada antes de dispor as peças, que são cobertas com este mesmo material, formando uma espécie de cone. A disposição das lenhas garante a temperatura desejada. Em aproximadamente meia hora, a lenha vira cinzas, deixando as peças com uma coloração marrom escura, que se converte em vermelho durante o esfriamento. Uma cerâmica muito queimada fica amarelada,

comprometendo a sua estética, no entender das oleiras (Gomes e Kabad 2008, p. 10)<sup>31</sup>. A brevidade da queima não compromete a peça, informando a alta qualidade do barro utilizado (BARBOSA, 2003). A resistência é um item importante, pois se engana quem as vê apenas como um objeto decorativo. Os pratos e panelas podem ser levados ao forno, fogão ou à mesa.



**Figura 12:** As madeiras e o forno de Élide. Fonte: Da autora.



**Figura 13:** Local onde Sueli queima as suas peças. Ao lado os pedaços de uma vasilha estourada separada para ser triturada e usada como tempero (*katipe* ou, segundo Sueli, *akaroke*). Fonte: Da autora.

Um barro precisa ser limpo de todo elemento que possa comprometer a peça: pedrinhas, folhas, gravetos. Os rejeitos maiores são recolhidos com a mão, mas as pequenas impurezas exigem o uso de peneiras. O barro cinza deve ser sovado para ganhar plástica, leveza e eliminar as bolhas de ar, que provocam o estouro da peça durante a queima. O tempero, denominado *katipe* ou *akaroke*, é lentamente acrescentado até que a

<sup>31</sup> As autoras registram o uso de barras de ferro no interior dos fornos, para segurar a lenha (idem).

massa atinja a plasticidade ideal. Minúsculos grãos de cerâmica, anteriormente preparados a partir de peças quebradas ou rejeitadas após a queima, o tempero regula a plasticidade do barro (BARBOSA, 2003; GOMES, KABAD, 2008, p. 10).



**Figura 15:** Éilda banhando a peça com o barro vermelho. Fonte: Da autora.

O fabrico da peça, em geral, se inicia a partir de uma base redonda onde são superpostos roletes de argila, unidos um a um, por mãos permanentemente umedecidas. As peças prontas são acomodadas em local fresco e limpo para secar<sup>32</sup>. O engobe, ou banho com o barro vermelho é aplicado a peça totalmente seca<sup>33</sup>. Três banhos são necessários para garantir uma coloração uniforme. As peças são colocadas novamente para secar, a fim de receber o polimento, produzido através do atrito persistente de um seixo de cristal à peça.

---

<sup>32</sup> Éilda e Sabina informam, respectivamente, que as peças levam entre três a quatro dias e entre sete a dez dias para secar. CARVALHO (2007) menciona um período de até quinze dias. GOMES e KABAD (2008) falam em apenas um dia.

<sup>33</sup> Richard Rohde esteve entre os Terena no final do século XIX e registrou a confecção de incisões, com uso de corda, no barro ainda mole, bem como a pintura iniciada com resina de pau-santo na peça ainda em brasa, para depois, com a louça fria, ser concluída com as cores vermelho e branco. Kalervo Oberg, que esteve entre os Terena em 1949, diz que os potes depois de queimados eram decorados com tinta preta feita da resina de jatobá (BITTENCOURT e LADEIRA. 2000, p. 119).



**Figura 16:** Euslene polindo um prato confeccionado pela avó Élida. Fonte: Da autora.



**Figura 17:** Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: [www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte\\_quintais/images/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/).

### AS CERAMISTAS E O COMÉRCIO DE SUAS PEÇAS

Dentre as ceramistas entrevistadas, apenas quatro mantêm uma produção comercial mais ou menos regular, mas todas já integraram ou estiveram à frente de um grupo de produção. Ofício ensinado prioritariamente pela mãe, irmã da mãe ou avó faz com que estas artistas do barro se organizem em grupos de parentesco, encabeçados a partir da ceramista melhor qualificada, responsável pela difusão dos saberes associados ao barro.



**Figura 18:** Sueli e Sabina. Fonte: Da autora.

Aprendi com a minha mãe! Lá na Cachoeirinha... Era eu minha irmã, minha mãe... Desde de pequenininha, desde os 12. Eu aprendi a trabalhar com o barro quando tinha 12 anos! Aprendi tudo: a tirar a argila, a pegar argila branca, a pegar a argila vermelha, a carregar a lenha na cabeça... Eu aprendi com minha mãe! Minha mãe aprendeu com a mãe dela aí vai embora, ai passa para o outro!... [Com o barro] trabalha só mulher! Homem trabalha com a roça... (Sabina)

Aprendi a trabalhar com o barro com a minha mãe! Minha mãe falava pra mim: - vamos aprender fazer cerâmica?! Vamos que eu vou ensinar vocês! Ia eu e minhas irmãs, porque nós somos seis [irmãs] mulheres. Ai, nós fazíamos cerâmica com ela. Todas as minhas irmãs trabalham com o barro... Eu sou caçula! Até agora as minhas irmãs ainda me ensinam! [Em Cachoeirinha, onde moram as cinco irmãs de Sueli] Todo mundo trabalha junto! Quando eu vou para lá, trabalho com elas. (Sueli)

Segundo Gomes e Kabad (2008, p. 08) em Cachoeirinha, as meninas desde pequenas, ficam perto das mulheres, observando o trabalho e brincando com o barro. Nos dias de buscá-lo nos barreiros vão juntas, divertindo-se e distraíndo-se com o que encontram pelo caminho. Porém, na adolescência começam a ser cobradas por algum tipo de produção: pilar e peneirar, amassar, dar forma a pequenas vasilhas. Esta cobrança

se associa à necessidade de uma escala comercial de produção, pois no passado somente as meninas que tinham “dom” e paciência permaneciam envolvidas com o barro.

Sabina recentemente herdou de sua mãe Teresa Candelária<sup>34</sup>, a frente do grupo de ceramistas composto por suas filhas, noras e sobrinhas. Teresa afirma ter deixado o ofício por conta da idade avançada, mas as dificuldades para obter barro e comercializar as peças pesaram na decisão. Márcia apreendeu a arte do barro com a sua mãe e com a irmã desta. Hoje Márcia trabalha com as filhas e noras. Sueli e Élda não tiveram a mesma sorte, nenhuma das cinco filhas de Sueli ou das quatro filhas de Élda se interessou pelo barro. A labuta excessiva, o pouco lucro, o descaso com a produção cultural indígena, aliados ao preconceito enfrentado pelos índios que escolheram viver na capital as afastam do ofício. O reforço recentemente oferecido pela neta Euslene vem deixando Élda animada, pois ela ainda não desistiu de ver a continuidade de seu trabalho entre as mulheres de sua família. Sensibilizar as netas tem sido um cuidadoso investimento.



**Figura 19:** Márcia mostrando seu vaso. Otávio Marques ao fundo. Fonte: Da autora.

---

<sup>34</sup> Teresa nasceu em Cachoeirinha e mudou para Campo Grande acompanhando os filhos. Ela é vizinha de Sabina e Walter na Darcy Ribeiro.



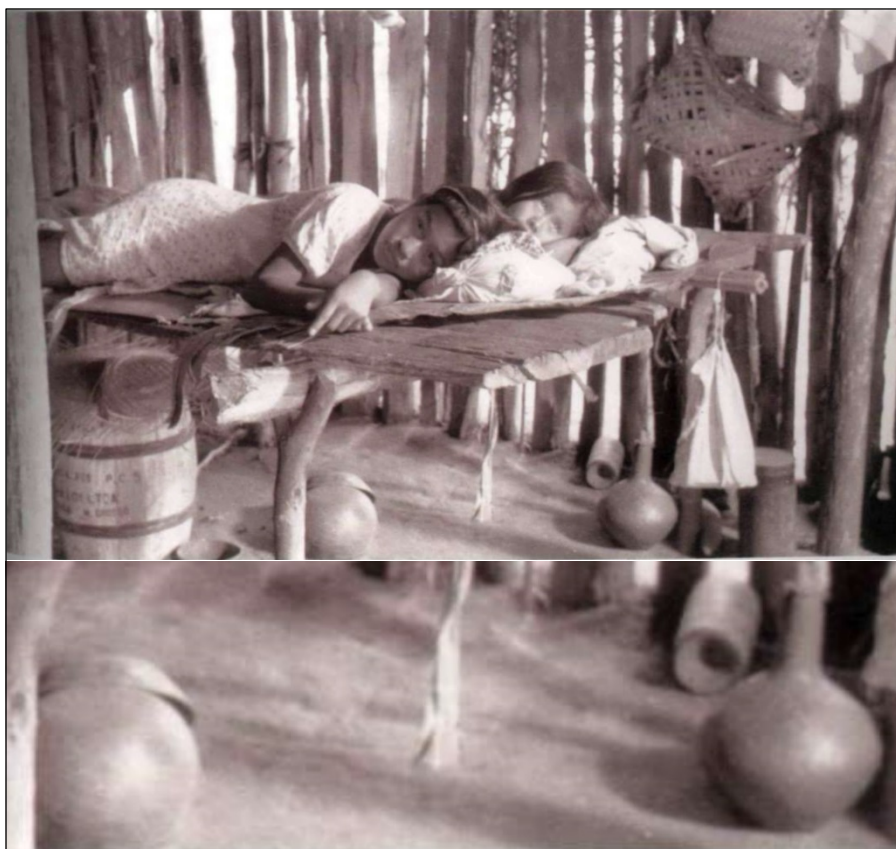
**Figura 20:** Élide corrigindo imperfeições da superfície de seu prato, antes de conferir-lhe o banho vermelho. Fonte: Da autora.

A experiência de aprendizado de Élide não difere das demais ceramistas:

Eu aprendi a fazer cerâmica junto com a minha mãe e com a minha cunhada. Com 13 anos de idade eu comecei a trabalhar com artesanato para ajudar o meu pai. Ele só trabalhava na lavoura, ele plantava arroz, feijão, milho verde, abóbora, moranga! Tudo isso nós tínhamos na fartura, mamão, abobrinha. E nisso a mãe começou a trabalhar para ajudar meu pai. Ela vendia em Aquidauana, em Miranda... E quando eu comecei me envolver mais com artesanato ela começou a andar comigo, porque eu fazia artesanato melhor que ela! Ela só fazia panela, pote, gamela, só isso que ela aprendeu a fazer. E eu fui inventando: fiz moringa,



fiz vaso, jarra, fruteira... Nós fomos inventando! Por exemplo: quando nós íamos à casa de um, vender um pote: - Você não faz vaso? Você não faz uma fruteira? Você não faz uma jarra pra gente colocar na mesa? Então, nisso a gente foi fazendo o que os nossos fregueses pediam para nós. Então, eu, minha cunhada, as irmãs delas começamos a fazer jarras, começamos a fazer fruteira. E hoje nós fazemos bicho do pantanal, tudinho, onça. Tudo isso ai nós ceramistas, já mamãe já não fazia!



**Figura 21:** Moças Terena descansando em cima do *jirait*. Foto: Murilo Santos/1989. Fonte: Bittencourt e Ladeira 2000, p. 117. Detalhe: pratos, panela e moringa dispostos sob o *jirait*. As peças não apresentam decoração externa

Mamãe falava pra mim: - Ah, deixa a minha argila! É pesado para eu carregar argila lá de longe, na minha cabeça e você vem aqui brincar com a minha argila! Minha cunhada [cônjuge de seu irmão] falou: - Deixa ela falar, vem aqui! Senta na minha frente, você começa a fazer, eu vou arrumar [barro] pra você! Minha cunhada falou!... Quando eu aprendi fazer, ela [mãe] parou de fazer. Eu fiquei sozinha fazendo...

A gente começou a andar para vender em Aquidauana, porque isso nos ajudava a comprar açúcar, café, macarrão, enquanto os outros [itens] tinha na nossa lavoura. Ai, eu vi que dava renda para nós. Nós comprávamos carne, comprávamos roupa! Quando eu casei ajudei meus irmãos a comprar meu enxoval, preparo de bolo, essas coisas. Só com a venda de artesanato! Nós andávamos na rua, carregava as peças na cabeça. Meu pai com dois potes nas costas e nós na cabeça. Nós carregávamos prato, vaso, na nossa cabeça. Pouquinho, mas fazia

dinheiro na época... (Élida)

Élida indica como há muito o barro deixou de ser matéria prima para a produção de utensílios do cotidiano, para se transformar em um bem de valor comercial. Ela também informa que uma ceramista bem sucedida deve ter disposição para se adequar ao gosto do freguês, descobrindo como dar novas formas ao barro, o que parece marcar o seu bom desempenho comercial, capaz de desenvolver técnicas para a confecção de pratos, jarras, bichinhos do pantanal, enquanto a sua mãe abandonou o ofício, quando ainda fabricava potes, panelas e gamelas. Como consta em outra fala de Élida transcrita acima, ela, a cunhada e as irmãs desta ganharam espaço lucrativo junto a *Casa do Artesão*, na segunda metade dos anos 1970. Para a mãe de Élida a venda da cerâmica funcionava como mais um item do pacote de produtos com valor de mercado, noção também presente para a oferta de gêneros que dá origem à *Feirinha*. Inicialmente, Élida e a mãe auxiliavam o pai com o comércio, mas estes se tornaram coadjuvantes nas vendas das peças da filha, cujo lucro foi capaz de desobrigar os seus irmãos de contribuir com seu enxoval e bolo de casamento. Ao ganhar um valor mais estético que utilitário, a cerâmica angariou nova posição no comércio familiar. O crescente ingresso no comércio urbano, atividade facilmente conciliada com o cuidado dos filhos e da casa, e a gradativa especialização das ceramistas aparecem como portas para a mulher terena extrapolar o universo doméstico.

Como dito acima, durante os primeiros anos vividos em Campo Grande, quando Élida atendia o marido enfermo, ela esteve longe da produção oleira, mas rapidamente desvendou os caminhos para se inserir no comércio indígena da capital. Em meados dos anos 1990, quando presidia a *Associação das Feirantes Indígenas*, ela se sentiu provocada, pelo então deputado André Puccinelli, a retomar o ofício de ceramista.

Quando eu trabalhei como presidente na feira, eu conheci Dr. André. Quando eu vim para a feira, não deixei os meus patrícios! Eu trazia artesanato de lá [da Cachoeirinha]. Eu colocava na banca! Eu enchia a banca de artesanato. Ai o Dr. André falou pra mim: - Esse artesanato, Élida, você faz? - Eu sei fazer, eu faço, eu sou artesã! - Será que é verdade ou você está mentindo? Falou pra mim! - Eu não estou mentindo, eu estou falando sério! Mas só que agora eu não estou fazendo, porque eu não paro mais lá. Meu marido está doente, então eu vim pra cá! Ele está em tratamento e estou fazendo feira aqui. Mas eu sei fazer!

Daí eu fui pensando! Eu quero fazer o meu artesanato aqui! E agora, o que eu vou fazer? Procurar um espaço melhor [para morar. Momento em que a família de Élida se transferiu para o Jardim Noroeste]. Quando ele [André Puccinelli] foi prefeito eu falei: - Dr., o senhor duvidou de mim, duvidou que eu sou artesã. Eu vou mostrar para o senhor! Primeira peça que eu fiz aqui [no Jardim Noroeste]. Entre quatro mulheres, nós começamos a trabalhar. Fizemos as peças. Na época nós fizemos jirau. Eu não tinha mesa. Eu fiz jirau em baixo das árvores, neste local onde eu comecei a trabalhar! E nesse jirau encheu de peças feitas por nós! ... Nessa época eu fiz bastante vaso! Eu fiz pensando em mostrar para o prefeito...

Quando ele viu [as peças feitas por Élida], então ele acreditou! Ai ele falou: - E agora Élida, o que você precisa? - Eu preciso de um lugar para trabalhar. Eu preciso de uma casinha para esconder as minhas peças, que eu já perdi várias peças por causa de chuva, falei pra ele. Ai ele fez projeto e ele fez [uma casa para] o Núcleo [de Produção de Cerâmica Terena] para mim. O Núcleo foi inaugurado no ano de 2007<sup>35</sup>, até hoje não recebeu nenhuma reforma. Até hoje meu Núcleo está tão acabadinho... Ele fez essa casinha, esse Núcleo aqui, pra eu guardar as minhas peças...

Até carro Dr. André ofereceu pra eu pegar lenha no mato! Ele falou pra mim no discurso dele, quando ele veio inaugurar meu Núcleo: - Élida precisando de carro da prefeitura para pegar lenha está ai... (Élida)



**Figura 22:** Informação visual que chama a atenção dos passantes. Fonte: Da autora.

Élida sempre agregou artesãs, amigas e vizinhas, que não raro se reúnem em seu terreiro para trabalhar e conversar. Assim, a construção do prédio foi mais um incentivo para consolidar a *Associação de Artesãs Indígenas*, igualmente criada em 2007, quando chegou a contar com cerca de 50 associados (SANT'ANA, 2010, p. 249) de ambos os sexos. Hoje, com um número menor de sócios ativos, mantém diferentes formas de inserção no projeto econômico-cultural conduzido por Élida, que desde a criação da *Associação* ocupa a sua presidência. Para ela, tanto a *Associação* como o *Núcleo* estão concebidos como espaços para produção, exposição, divulgação e comércio da cerâmica e outras artes indígenas<sup>36</sup>, mas paralelamente dão conta de ações assistenciais voltadas prioritariamente aos associados. Entretanto,

<sup>35</sup> O *Núcleo de Produção de Cerâmica Terena*, incluindo um mapa indicando formas de acesso, ganhou duas páginas em publicação produzida durante a gestão do prefeito André Puccinelli (*Mãos que falam... Artesanato Campo Grande, MS*. Associação de Fomento e Apoio às Artes e à Cultura/Funcesp. Prefeitura de Campo Grande, s/d).

<sup>36</sup> A respeito da *Associação das Artesãs Indígenas* veja Sant'ana (2010, p. 250-254), Mussi (2008, p. 12).

localizado na periferia da cidade, fora da rota das políticas públicas, dos turistas e demais interessados, todo o empenho promocional de Élide tem trazido poucos resultados.

Nas últimas décadas as associações apareceram como uma solução mais à mão para alavancar diferentes lutas políticas e culturais dos povos indígenas. Porém, os resultados nem sempre fizeram jus às expectativas e aos investimentos pessoais e financeiros. As associações encerram conceitos de liderança (presidência) adversos às concepções sociais e políticas de organização destes povos, fazendo com que seus membros enfrentem dificuldades para submeter as suas formas de construir lideranças calcadas em redes de parentesco, posições sociais, prestígio, etc., quando precisam escolher um único presidente com o qual, não raro, apresentam vínculos sociais escassos ou nulos. Daí a fluidez, o descrédito ou a inoperância de muitos dos vencedores destes pleitos e das instituições que representam.

Com menos espaço, pois seus terrenos se originam de projetos habitacionais estatais, Sueli, Sabina e Márcia improvisam, com eficiência, seus locais de trabalho, mantendo uma produção regulada pelo sucesso das vendas, que nem sempre é animador. Parte significativa das vendas do grupo de Sabina depende de encomendas. Elas também produzem tapetes e outros artefatos feitos de crochê ou de retalhos<sup>37</sup>. Márcia recebe encomendas, mas a maior parte de suas vendas se dá na feira do bairro ou pela oferta de porta em porta. Ela e as filhas também se dedicam à produção de tapetes de fios e retalhos. Sueli, atualmente, com fortes dores nas costas, tem uma jornada de trabalho reduzida, mas sempre que chega algum produto de Cachoeirinha ela não perde a oportunidade de se dedicar ao comércio, seja na feira ou de porta em porta. Ela, irmãs e as filhas destas têm conseguido algum mercado para a cerâmica no interior do estado. Élide também recebe encomendas e já manteve uma banca na *Feira Central*, abandonada devido aos altos custos para a sua manutenção e com o transporte da cerâmica.

Nos últimos meses, Sueli e “suas parentes” ceramistas viajaram para Bonito e Dourados a fim de deixar peças em consignação em espaços comerciais e culturais, numa relação que às vezes carece de transparência. Mas esta estratégia ainda é melhor que a venda de porta em porta, diz Sueli. Em cidades com um bom fluxo de turismo, como Bonito, Miranda, Aquidauana os comerciantes tendem acolher as ofertas das índias apenas no final da tarde. Depois de um dia de perambulação, às vezes com os filhos pequenos, falta alimento, sobra cansaço e nenhum interesse de voltar para casa com a mercadoria. As ceramistas entregam as peças por qualquer valor ou em troca de alimento. A responsabilidade do transporte das peças é sempre da ceramista, é ela quem arca com os custos do frete e com eventuais prejuízos com a quebra das peças.

---

<sup>37</sup> Cursos e oficinas voltadas à confecção de peças em crochê, retalhos, miçangas e outros são oferecidos através de iniciativas governamentais, porém sem propor alternativas para superar os principais impasses da produção artesanal terena: criação de uma rede de comércio minimamente eficiente, fácil acesso às matérias primas. Portanto, mantendo os desafios da produção da arte-artesanato étnica, mas através de peças incapazes de agregar qualquer valor deste tipo. Contudo, os tapetes vêm servindo de moeda para a obtenção de produtos da roça e de cerâmica trazidos para a cidade.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS ESPAÇOS

A consignação e a responsabilidade com o transporte da peça são também as formas utilizadas pela *Casa do Artesão* e pelo *Memorial da Cultura Indígena*. Aquela, como já dito, é administrada pelo estado, através da Fcms e esta, pela prefeitura, através da *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio - Sedesc*. Nas duas lojas, as índias deixam seus produtos e são informadas para buscar o pagamento quando as vendas são efetivadas. Elas reclamam dos pequenos lucros decorrentes das poucas vendas, dos baixos preços atribuídos às peças, da priorização do comércio promovido por intermediários - índios e não índios que, muitas vezes, obtêm peças por baixos custos -, da concorrência de peças produzidas por não índios, que mescladas às suas ganham valor indígena. Em Campo Grande, a cerâmica terena também pode ser encontrada na loja do *Fórum Economia Solidária-MS*<sup>38</sup> e, como já dito, na *Feirinha*, mas esta foi concebida para atender as índias que vêm do interior do estado e mantém esta especificidade.

Sueli estende o seu comentário a respeito da pouca eficiência nas vendas da cerâmica nas feiras de Campo Grande à *Casa do Artesão* e ao *Memorial*, para afirmar que não tem conseguido apoiar o seu comércio nestes espaços. Ao contrário de Élide e Sabina que se beneficiam deles, mas informam que já obtiveram resultados mais promissores. A este respeito Élide informa:

A primeira pessoa que colocou a peça ali fui eu. Antigamente, o *Memorial* era bem organizado. Nós tínhamos reunião todo mês. Eu tinha um carro da prefeitura que vinha aqui pegar as minhas peças, eu não gastava nada!... As minhas peças eram contadinhas. Quando eu recebia, por mês, vinha a lista das peças que foram vendidas e o valor total que deu naquele mês. Hoje não existe mais isso! Nem sei mais quantas peças são vendidas por mês! Nem sei quanto dinheiro! O que eu recebo aqui pra mim está ótimo, porque vou reclamar para quem? O que eu recebi aqui, se eles quiserem me mandar...

p.19. [www.pmcg.ms.gov.br/egov/](http://www.pmcg.ms.gov.br/egov/).

---

<sup>38</sup> O *Fórum de Economia Solidária* tem proposto aos índios sul-mato-grossenses a produção e o comércio de diferentes produtos. Aqui, como em outros projetos econômico-sociais trazidos aos índios, a concepção de produção e de comércio não considera às suas formas de trabalho ou seus saberes e geram dependências de contextos externos, contribuindo para a sua volatilidade.

O *Memorial da Cultura Indígena*, localizado na Marçal de Souza, Rua Terena s/n, foi inaugurado em 1999, juntamente com a “aldeia urbana”. A arquitetura, inspirada na ema (animal importante na cosmologia terena), é comumente descrita como simulando “duas ocas” (ou casas circulares). O prédio maior representa o corpo, o espaço menor a cabeça e o corredor que os interliga, o pescoço do animal. O prédio maior, fechado e parcialmente envidraçado, abriga no térreo a exposição e o comércio. O mezanino é reservado para as oficinas de artesanato e depósito de material. O prédio menor é aberto, abrigando diferentes eventos sociais e culturais promovidos pela população local ou por órgãos públicos. A área é de 340m<sup>2</sup>, sendo 280m<sup>2</sup> no primeiro piso e 60m<sup>2</sup> de mezanino<sup>39</sup>. O acervo do *Memorial* contempla peças Terena, Kadiwéu e Guarani. Seus preços são estipulados pelos próprios artesãos e 10% do valor final é revertido à casa para custear a sua manutenção (Barbosa, 2003). Conforme Ênio Metelo, o *Memorial* foi concebido como um espaço para a promoção de manifestações culturais indígenas e para incentivar o comércio com vista a gerar renda a ser revertida para o pagamento das mensalidades das casas entregues aos índios pela prefeitura em 1999.



**Figura 23:** Memorial da Cultura Indígena Fonte: Relatório... Capítulo II Experiências anteriores e projetos relacionados.

Atualmente, o *Memorial* integra o projeto *City Tour*, administrado pela Sedesc em parceria com o *Convention Bureau*<sup>40</sup>, que compreende um passeio de ônibus por 42 pontos turísticos da capital. Existem críticas, mas o *Memorial* e o *City Tour* são bem vistos pela população indígena urbana. Élide tem pleiteado a

<sup>39</sup> BARBOSA. *Campo Grande Notícias*. 19/04/2010 e 14/07/2009.

<sup>40</sup> De acordo com seu estatuto, a Confederação Brasileira Convention & Visitors Beraux–CB&VB é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, com sede em Brasília, voltada ao apoio e promoção do turismo, podendo atuar junto ao poder público mediante sugestões e alternativas. [http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb\\_estatuto.pdf](http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb_estatuto.pdf)

inclusão do seu *Núcleo* no trajeto do ônibus. A população da Darcy Ribeiro ainda cobra da prefeitura a criação de um centro cultural, entendendo que ele também deva integrar este trajeto, como forma de garantir opções de geração de renda para a sua população. No entanto, todos concordam que tais projetos precisam criar uma interlocução muito mais intensa com seu público alvo. A ideia do turismo cultural não é nova, mas para que seus resultados atinjam positivamente todos envolvidos, se faz necessário uma proposta alavancada por discussões técnicas e metodológicas consistentes, desencadeadas a partir de ações participativas e, de fato, calcadas no apoio e na divulgação da produção cultural da população alvo. Pois, a promoção da valorização e do respeito a ambas - população e sua produção cultural - deve ser o carro-chefe do turismo e do comércio de bens culturais, do contrário eles perdem o melhor dos seus objetivos.



**Figura 24:** Loja e espaço Cultural do Memorial. As cadeiras à esquerda servem para acomodar os visitantes enquanto recebem informações a respeito do acervo, oferecidas pelos profissionais que atuam no Memorial. Fonte: Da autora.

Por ser simbolicamente construído e elencado enquanto tal, o *patrimônio cultural* possui um caráter mediador de diversos domínios sociais, entre os quais pode criar pontes e cercas, como afirma Gonçalves (2005, p. 17). Neste sentido, em uma análise de relevantes discussões a respeito das noções de patrimônio e das questões epistemológicas pertinentes aos trabalhos dos *antropólogos inventariantes*, Tomaso (2006, p. 04) aponta que entre os bons legados do *patrimônio* estão a criação de vínculos entre cidadãos e entre as suas gerações, na medida em que referenda símbolos ou bens coletivos representativos; propicia o desenvolvimento econômico ao atrair o turismo cultural; aumenta a autoestima do grupo portador e herdeiro daquele legado. Enquanto expressão étnica, a arte indígena traz linguagens próprias que transcendem a noção

de peça com valor de uso cotidiano, estético ou comercial, enquanto promovem reflexões relativas aos saberes indígenas, ao direito ao exercício da diversidade, no contexto da nossa condição pluriétnica e da necessidade de políticas públicas que a respalde. Caminhos sólidos para alcançar a "inclusão" de povos sociocultural e economicamente distintos, e, assim, contribuir para redimir o preconceito e a desigualdade que repercute uma história regional persistentemente permeada por todo o tipo de desconsideração aos povos indígenas.

Por se sustentar em saberes ancestrais de técnicas de confecção, de manuseio e de coleta de diferentes tipos de barros e lenhas, os quais perpassam conhecimentos a respeito da natureza e da cosmologia, além de envolver regras expressas em interditos sociais, alimentares e de gênero, a cerâmica é uma forma de expressão portadora de referência à memória, à ação e à identidade do povo que a produz. Na medida em que a produção oleira deixa o universo doméstico para ganhar o mercado, também se transforma em um meio de expressão das noções de suas criadoras a respeito dos não índios ou pelo menos a respeito dos consumidores de suas peças, mostrando como as leis de mercado se comunicam com a tradição para originar novos produtos, renovando os significados e os usos dos trabalhos das ceramistas. Portanto, através da arte com o barro é possível falar de si, dos outros, dos parentes, de homens e mulheres, jovens e adultos, do tempo, de mudanças, da natureza dos deuses, de arte, do trabalho, de economia, de memória, de patrimônio, de políticas públicas e também de técnicas de confecção, entre outros saberes. A interlocução entre estes universos - capaz de gerar as pontes ou as cercas preconizadas por Gonçalves - indicam a abrangência e os significados da produção oleira terena.

Há muito, o governo brasileiro vem consolidando políticas de reconhecimento, apoio e preservação das manifestações culturais de sua população, inclusive incorporando normativas oriundas de organismos internacionais. Conforme a legislação vigente, independente das chancelas de registro ou tombamento, a produção das ceramistas terena constitui *patrimônio cultural brasileiro*, cabendo ao Estado a responsabilidade de apoiar, proteger e incentivar a sua valorização e difusão, inclusive, pelo destaque de seu caráter étnico e regional. Competências compartilhadas com instâncias similares do governo estatal e municipal. Neste sentido, o decreto estadual 12.847/2009 determinou a inclusão no *Livro de Registro dos Saberes* a produção da cerâmica terena, como *patrimônio imaterial histórico, artístico e cultural do estado do Mato Grosso do Sul*<sup>41</sup>. Contudo, como se vê, tais dispositivos ainda não produziram a necessária repercussão. Parte significativa da população terena que habita Campo Grande, incluindo as ceramistas, desconhecia o registro da produção cerâmica como patrimônio estadual. Para elas sobram dificuldades, custos e faltam oportunidades para um comércio organizado e eficiente, capaz de gerar lucros pertinentes aos investimentos pessoais, materiais e culturais. Aqui também pesa o olhar pouco valoroso da população local à produção indígena, transformando

---

<sup>41</sup> Veja decreto em: Castilho, Santos, Gomes, 2010, p. 234.



o turista no seu melhor consumidor. Mas Campo Grande não é propriamente uma cidade turística, portanto é necessário ampliar espaços de consumo para um produto que é comercial apenas em uma de suas concepções.

Mesmo uma rápida pesquisa junto à imprensa local mostra que o governo do estado não está alheio, ele já criou projeto de geração de renda, promoveu exposições na *Casa do Artesão* e fora do estado, lançou catálogos incluindo peças kadiwéu, kinikinawa e terena. Algumas prefeituras também investiram em cursos, oficinas, feiras, na criação de *Pontos de Cultura*<sup>42</sup>. No entanto, as falas das ceramistas mostram um descompasso entre legislação, investimentos públicos e resultados, que pode ser atribuído a diferentes situações, mas tem muito a ver com a distância entre quem as formula e quem usufrui delas. O formato do comércio de bens culturais, assim como o do turismo que lhe é associado, precisa ser constituído na interlocução entre população alvo, produtora dos bens, e estado, promotor de ações. É preciso que este chegue mais perto do terreiro das ceramistas para compreender a necessidade de substituir uma política de promoção do comércio de peças indígenas anônimas, às vezes intermediadas por terceiros, por uma forma de comércio de peças do patrimônio artístico, cultural, étnico, produzido por redes de parentesco femininas, formadas por mulheres que dominam e ensinam geração após geração, diferentes técnicas de produção associados a uma imensa gama de saberes, enquanto deixam as suas próprias marcas de criação em cada peça produzida, seja por exigência do mercado, seja por seu senso estético ou por conta de seu talento.

---

<sup>42</sup> BREDA (idem); NYELDER. *Campo Grande News* 09/04/2012; COLOMBO. *Notícias Fcms* 23/11/2009 e 22/09/2010. *Notícias Fcms*; MS *Notícias* 15/04/2011; CARDOZO. *Campo Grande News*. 14/03/2012; LOPES. *Campo Grande News* 16/06/2012; KURATONE. *Midiamax*. 15/09/2008; COLOMBO. *Overblog*. 23/01/2009. BARBOSA. *Campo Grande Notícias*.14/08/2009. *Agora Campo Grande* 05/08/2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, D. W. *Cerâmica terena*. Rio de Janeiro/Funarte: IPHAN, CNFCP, 2003.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do povo terena*. Brasília: USP/MEC, 2000.
- CASTILHO, M. A.; SANTOS, M. C. L. F.; GOMES, R. M. Cerâmica Terena: patrimônio imaterial. *Tellus*, Campo Grande, ano 10, n. 19, p. 231-238, jul./dez. 2010.
- CLIFFORD, J. Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UNIRIO, 2003. p. 255-302.
- FUNCESP-PMCG. *Mãos que falam... Artesanato Campo Grande, MS*. Associação de Fomento e Apoio às artes e à cultura/Funesp. Prefeitura de Campo Grande, s/d.
- GALLOIS, D. Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá, Brasil. Dossiê de candidatura submetido à segunda proclamação das obras-primas de patrimônio oral e imaterial da humanidade–Unesco. *Boletim do Museu do Índio*. Documentação, n. 9, outubro 2002.
- GOMES, L. S. *Cerâmica terena: uma discussão sobre gênero e cultura material*. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/18584263/804389870/name/ensaio+Luciana+Seminaros.pdf>>.
- GOMES, L. S.; KABAD, J. F. A produção da cerâmica pelas mulheres Terena: interfaces entre cultura material, gênero e território tradicional. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008, Porto Seguro. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2014/luciana%20Scanoni%20gomes.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2014/luciana%20Scanoni%20gomes.pdf)>.
- GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: Ensaos contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj/Unirio, 2003. p. 21-29.
- GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- LADEIRA, M. E.; AZANHA, G.. Terena. *CTI*. Disponível em: <[www.trabalhoindigenista.org.br/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/)>.
- MUSSI, V. P. L. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. *Revista História Unisinos*, v. 15, n. 2, p. 206-215, mai./ago. 2011. Disponível em: <[www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/)>.
- MUSSI, V. P. L. Tronco velho ou ponta da rama? A mulher indígena terena nos entrelugares da fronteira urbana. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2008.
- OLIVEIRA, R. C. *Urbanização e Tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, UNI-RIO, 2003. p. 46-55.
- SANT'ANA, G. R. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. 2010. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, UNICAMP, Campinas, 2010.
- SANT'ANA, G. R. Incorporando o “componente mulher”: o associativismo da mulher Terena. 26ª RBA-GT 14 Temas atuais relacionados à questão de gênero entre os povos indígenas. 2008, Porto Seguro. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2014/Graziella%20Reis%20de.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2014/Graziella%20Reis%20de.pdf).
- SANT'ANA, G. R. Uma análise do processo migratório dos índios terena para o perímetro urbano da cidade. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: [www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/68/70](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/68/70).
- SIMÃO, L. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. *Publicação do Departamento de História e Geografia da UFRN e Centro de Ensino Superior do Seridó*, v. 07. n. 18, p. 01-24, out./nov. 2005. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme).
- TOMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios... *Série Antropologia*, Brasília, 390, 2006. Disponível: <http://www.dan.unb.br/index>.

### JORNAIS E SITES DE NOTÍCIAS E OUTROS

- ALBUQUERQUE, S. A união trouxe a conquista. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 1, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Água Bonita um espaço modesto. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 09, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Depois de lutas surge a primeira. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p.06-07, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Marçal ainda reivindica melhorias. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 08, edição I, nov. 2011.
- ALDEIA Urbana Terena comemora conquistas desde a ocupação. *MS Notícias*, 21 mai. 2012. Disponível em: <http://www.msnoticias.com.br/>.
- BARBOSA, A. Campo Grande recebe na Praça Ary Coelho, a 1ª Feira Cultural Indígena. *Campo Grande Notícias*, 14 ago. 2009. Disponível em: <http://www.campograndenoticias.com.br/cultura>.
- BARBOSA, Á. Prefeito de Campo Grande entrega nesta segunda, o Memorial da Cultura Indígena. *Campo Grande Notícias*, 19 abr. 2010. Disponível em: <http://www.campograndenoticias.com.br/cultura/5402->.

- BARBOSA, Á. Reforma no Memorial da Cultura Indígena de Campo Grande traz melhoria ao turismo local. *Campo Grande Notícias*, 14 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.campograndenoticias.com.br/campo-grande-ms/2198->>.
- BREDA, M. Fundação de Cultura do Estado valoriza o artesanato sul-mato-grossense. *Fundação de Cultura do MS*, 4 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index>>.
- CAMPOS, A. Índio na cidade. *Repórter Brasil*, 3 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.
- CARDOZO, E. Semana do artesanato será comemorada com exposição e lançamento de livro. *Campo Grande News*, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes/>>.
- CARVALHO, P. D. Moradia ocupa posição de destaque entre problemas enfrentados por índios. *Repórter Brasil*, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.
- CENTRO de Trabalho Indigenista – CTI. Disponível em: <[www.trabalhoindigenista.org.br/](http://www.trabalhoindigenista.org.br/)>.
- COLOMBO, G. Artesanato de MS é divulgado em catálogo pela FCMS. *Overblog*, 23 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/>>.
- COLOMBO, G. FCMS inaugura a exposição “Cerâmica Terena”. *Fundação de Cultura do MS*, 22 set. 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index>>.
- COLOMBO, G. III Coletiva do Artesanato de MS acontece na Casa do Artesão. *Fundação de Cultura do MS*, 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>>.
- CONFEDERAÇÃO Brasileira Convention & Visitors Bureaux – CB&VB. Disponível em: <[http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb\\_estatuto.pdf](http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb_estatuto.pdf)>.
- DIÁRIO Digital, ano 1, Edição 99, 30 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.diariodigital.com.br/>>.
- EXPOSIÇÃO Artesanato Indígena começa dia 20 na Capital. *MS Notícias*, 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/>>.
- FERNANDES, P. Índios pedem regularização na Aldeia Água Bonita. *Campo Grande News*, 04 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br>>.
- KURATONE, K. Catálogo do Patrimônio Histórico de MS será lançado hoje. *Midiamax*, 15 set. 2008. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/>>.
- LOPES, M. Feira Junina do Artesanato começa na próxima sexta-feira. *Campo Grande News*, 16 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes/>>.
- NA FEIRA do mercadão, território de resistência da cultura indígena. *A Crítica*, 24 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.acritica.net/index>>.
- PELLEGRINI, F. Eleição em aldeia urbana tem duas candidatas a cacique. *Campo Grande News*, 30 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br>>.
- SIASI-FUNASA. Disponível em: <[http://sis.funasa.gov.br/transparencia\\_publica/siasweb/Layout/quantitativo\\_de\\_pessoas\\_2010.asp](http://sis.funasa.gov.br/transparencia_publica/siasweb/Layout/quantitativo_de_pessoas_2010.asp)>.